



RELATÓRIO ANUAL 2021

 **SICOOB**
Goiás Central



Sid

Laj



coob Goiás Central
Espaço Cor
Jose Alves
dinho

**RELATÓRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
DO SICOOB
GOIÁS CENTRAL**

SUMÁRIO

7

Propósito, Missão,
Visão e Valores

52

Relatório da
Auditoria Independente

9

Mensagem do Conselho de
Administração

56

Parecer do
Conselho Fiscal

10

Prestação de Contas da Diretoria

58

Relatório de Sustentabilidade
Sicoob Goiás Central 2021

17

Números do Sicoob Goiás Central

22

Demonstrações
Contábeis

29

Notas
Explicativas



DADOS CADASTRAIS

DENOMINAÇÃO SOCIAL

Cooperativa Central de Crédito de
Goiás Ltda.

NOME COMERCIAL

Sicoob Goiás Central

ENDEREÇO

Rua 15, N° 1250 - Setor Marista
Goiânia – GO.
CEP: 74.150-020

CNPJ 33.416.108/0001-19

TELEFONE - (62) 3523-8100

www.sicoobgoias.com.br
central@sicoobgoias.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente: Marcelo Baiocchi Carneiro

Vice-Presidente: Leopoldo José de Araújo

CONSELHEIROS:

Domingos Portilho da Cunha

Gilberto Alves Moraes

José Humberto Marquez

José Mauricio de Oliveira

José Renner de Souza Rates

Lenise Alvarenga

Renato Moreira da Silva

Wilson Martins de Oliveira

Conselheiros Fiscais

Efetivos:

Fabio Machado de Araújo

João Luiz de Moura Neto

Lister Borges Cruvinel

Suplentes:

Biramar Nunes de Lima

Gustavo Elias Filho

Venceslau Arouca Barbosa

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente:

Ullisses Silva Vilela Capistano

Diretora Administrativa:

Edina Francisca de Souza Fileti



SICOOB GOIÁS CENTRAL

A Cooperativa Central de Crédito de Goiás (Sicoob Goiás Central) foi fundada em 27 de julho de 1989. Sua constituição foi um marco para o desenvolvimento e expansão do cooperativismo financeiro em Goiás e Tocantins. A Central é uma cooperativa de 2º grau, constituída com o objetivo de organizar os serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas, promover a integração, prestar assessoria técnico-operacional, assistência financeira, centralizar serviços, entre outros, além de promover a formação educacional dos quadros dirigentes e funcionais das filiadas e o fomento ao cooperativismo de crédito.

A Central encerrou o ano de 2021 com

118 colaboradores (entre empregados, aprendizes, e prestadores de serviço). Hoje, sua rede é composta por 14 cooperativas filiadas, que juntas possuem 100 Postos de Atendimento e 103 mil associados.

O Sicoob Goiás Central é administrado estrategicamente pelo Conselho de Administração, formado por dez membros, sendo o Presidente, o Vice-Presidente e oito conselheiros. É fiscalizado por um Conselho Fiscal formado por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes. A execução das diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho de Administração é realizada pela Diretoria Executiva da Central, formada por dois membros: o Diretor Superintendente e a Diretora Administrativa.

PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES



- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;

- Excelência e Eficiência;
- Liderança Inspiradora;
- Inovação e Simplicidade.



1,2

bilhão



de pessoas
pelo mundo

3

milhões



de cooperativas
no mundo

2,1

trilhão



faturado pelas
300 maiores
cooperativas do
mundo

COOPERATIVISMO TODOS POR UM SÓ OBJETIVO.

TODOS POR UM SÓ OBJETIVO

O cooperativismo é um sistema de união voluntária de pessoas que, por meio das cooperativas, buscam soluções financeiras para alcançar interesses em comum.

Para que funcione corretamente, beneficiando de forma justa todos os cooperados e gerando o máximo de resultados para as comunidades, o modelo cooperativista segue alguns princípios fundamentais:

• **Adesão voluntária e livre**

• **Interesse pela comunidade**

• **Educação, formação e informação**

• **Intercooperação**

• **Autonomia e independência**

• **Participação econômica dos membros**

• **Gestão democrática**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O cooperativismo financeiro ou cooperativismo de crédito se fortalece diante de momentos de incertezas. Em 2021, enquanto os bancos comerciais brasileiro limitaram a liberação de crédito, as cooperativas mantiveram a oferta de produtos e soluções financeiras, o que fez a diferença para que os seus associados, principalmente as empresas, sentissem menor impacto dos efeitos da crise econômica gerada pela pandemia.

As cooperativas de crédito cresceram de forma significativa a participação no mercado. Segundo levantamento da OCB-GO, as cooperativas em Goiás, por exemplo, cresceram entre 12% e 25%. No Brasil, o Sicoob encerrou o ano de 2021 com o resultado financeiro de R\$ 5,2 bilhões e os ativos totais chegaram a R\$ 32,7 bilhões. O patrimônio líquido cresceu 17,1%, entre 2020 e 2021, alcançando R\$ 30,5 bilhões; os depósitos totais tiveram um incremento de 17,6%, no período, chegando a R\$ 126,5 bilhões. Com mais de 6 milhões de associados, o Sicoob encerrou o ano de 2021 como a segunda maior rede de atendimento do país.

O Sistema Sicoob Goiás/Tocantins registrou um crescimento de quase o dobro dos seus resultados financeiros, entre 2020 e 2021, passando

de R\$ 65,5 milhões para R\$ 129,5 milhões em sobras. O patrimônio líquido cresceu 14%, chegando a R\$ 970 milhões. O volume de depósitos totais chegou a R\$ 2,6 bilhões; os ativos totais cresceram 19,1%, alcançaram a marca de R\$ 4,4 bilhões e o número de associados saltou de 89 mil, em 2020, para 103 mil em 2021.

Outro excelente resultado foi o ganho social, quando comparada à média anual de taxas de juros e tarifas praticadas nos bancos em relação às cooperativas de crédito. A média da economia para cada associado das cooperativas de Goiás e Tocantins filiadas ao Sicoob Goiás Central foi de R\$ 5.292,00. Isso significa dizer que, além de receber parte dos resultados financeiros (sobras) das instituições do exercício de 2021, o associado também deixou de gastar, em média, essa quantia ao optar por utilizar os serviços financeiros da sua cooperativa em relação

aos bancos comerciais.

A pandemia da Covid 19 pegou o mundo de surpresa e o seu impacto na economia global foi inevitável. No Brasil e no mundo as medidas restritivas impostas por governos municipais e estaduais, o chamado de lockdown, provocaram a desaceleração da produção, o que freou a retomada crescimento. Embora tenhamos vivido a redução das atividades econômicas em 2021, o Sicoob Goiás Central e suas cooperativas filiadas registraram um excelente resultado econômico e social.

Diante de tantas vitórias é possível afirmar com certeza que 2021 superou todas as expectativas, ficando marcado na história do nosso Sistema. Acreditamos que em 2022 iremos continuar trilhando o caminho do crescimento, cumprindo o papel social do cooperativismo, proporcionando justiça financeira aos associados.

**“2021 superou
todas as
expectativas”**

Marcelo Baiocchi
Presidente





PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA

O Sicoob Goiás Central tem ampliado e especializando cada vez mais os serviços oferecidos às cooperativas filiadas. Em 2021, a Central se orgulha de ter contribuído para o alcance de um resultado recorde para o Sistema regional. Confira a seguir um breve resumo das ações de cada uma das áreas:

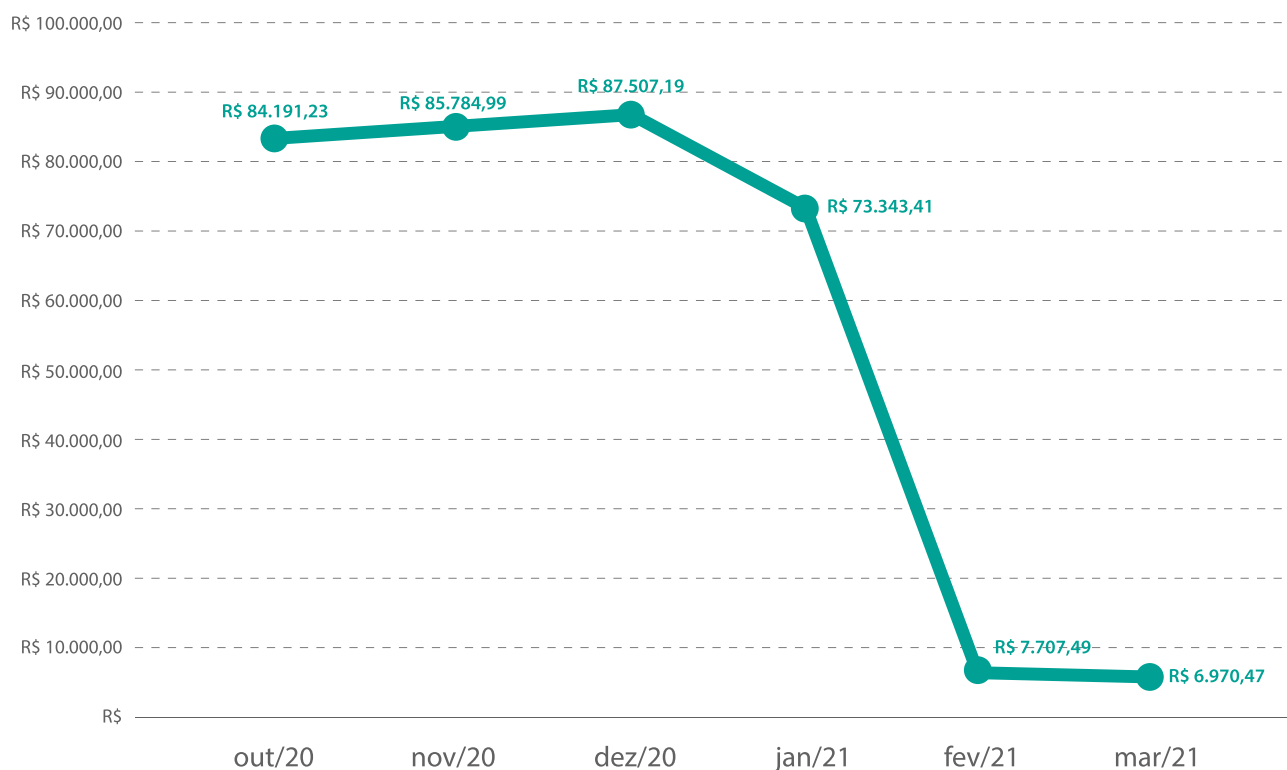
A **Área Financeira**, que administra a tesouraria da Central, fez a gestão de um total de R\$ 1,6 bilhão centralizado, gerando rentabilidade e segurança para o Sistema.

A área também foi responsável por executar projetos que trouxeram

redução de custos e aumento de receitas para todas as cooperativas singulares, dentre eles o projeto de registros na B3, onde foi possível redução de custos anual de cerca de R\$ 1 milhão e mais R\$ 600 mil com a otimização dos Terminais de Autoatendimento Sicoob.

A rentabilidade geral das aplicações feitas junto ao Banco Sicoob teve um aumento de R\$ 156 mil, promovendo ganhos líquidos para as cooperativas de R\$ 1,7 milhão no ano.

Redução Despesas - B3



DESEMPENHO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM 2021

PRODUTO	RESULTADO	% CRESCIMENTO
CARTÕES	R\$ 730.694.456,03	50,43%
COBRANÇA	R\$ 17.323.106,61	10,83%
CONSIGNADO	R\$ 19.696.711,69	19,04%
CONSÓRCIOS	R\$ 271.057.210,00	13,34%
COOPCERTO	R\$ 10.920.848,72	54,38%
POUPANÇA	R\$ 70.758.161,20	-47,78%
PREVIDÊNCIA	R\$ 5.422.733,94	-
SEGURO DE VIDA	R\$ 21.868.773,36	50,94%
SEGUROS GERAIS	R\$ 15.160.020,31	45,67%
SIPAG	R\$ 1.065.585.756,99	16,50%

RECURSOS LIBERADOS EM 2021

LIBERAÇÕES 2021			
BNDES	FCO	REPASSE	TOTAL
R\$ 10.870.647,00	R\$ 29.458.088,23	R\$ 322.284.711,88	R\$ 362.613.447,11
PRONAMPE/FGO	R\$ 28.358.896,36	FGO - Fundo Garantidor de Operações	

A **Inteligência Estratégica** deu suporte à criação dos Planejamentos Estratégicos (PE) em 68 encontros presenciais/online na Central e filiais, fez o acompanhamento das ações do PE 15 painéis, com atualização diária das informações de cada cooperativa por meio de robotização de processo. A área moderou o Planejamento Estratégico da Sicoob do Vale, como projeto piloto, que totalizou 35 atividades. A área também foi responsável por estratégias na associação digital, que fechou o ano de 2021 com 3 mil associados. Ainda em 2021, a área iniciou

os estudos de viabilidade da união/incorporação de duas cooperativas filiais. Os atendimentos via GCC, alcançaram aproximadamente 500 chamados, envolvendo cerca de 450 relatórios relacionados a alterações e desenvolvimentos no Sisbr Analítico, necessidade pela qual foi elaborado o Catálogo de Relatórios Volume 1 da Área Pública da Central 1004, agilizando as consultas das filiais. O projeto Gestão à Vista foi iniciado, em 2021, com a criação de aproximadamente 36 relatórios e 197 telas no Microsoft Power BI, atendendo aos diferentes

serviços: Fraudes, Planejamento Estratégico, Expansão/Ocupação, PMO, Aglutinações Estratégicas e relatórios diversos em atendimento a outras áreas da Central e filiais. Alguns deles atualizados diariamente de forma automática por meio de robotização de processos, nos quais destacam-se casos, como: os painéis do Planejamento Estratégico, Incorporação e Fraudes. Ainda em 2021 foi iniciado a estruturação do Escritório de Projetos (PMO), contemplando toda composição metodológica, tecnológica e processual para o gerenciamento e controle dos projetos



LANÇAMENTO

CRV
2021
CAMPANHA REGIONAL DE VENDAS

estratégicos. A área também foi responsável pelo estudo para viabilidade da área de Cobrança, resultando na criação do serviço centralizado para as filiadas. Essa ótima integração foi possível graças as 14 visitas realizadas à todas as singulares de Goiás e Tocantins, nas quais foram apresentadas a estrutura de serviços e projetos conduzidos pela Área da Central. Com o trabalho da Inteligência Estratégica, a Central tornou-se o primeiro Sistema regional do país totalmente alinhado com o Pacto Sistêmico.

A Assessoria de Comunicação (Ascom) apoiou nas atividades de todas as áreas da Central,

com destaque para a Área de Negócio, na realização da CRV, ações internas, campanhas regionais e sistêmicas, além do apoio à Gestão de Pessoas nas ações de endomarketing e nas ações sociais do Instituto Sicoob. A área intensificou o trabalho estratégico nas redes sociais da Central e cooperativas filiadas, totalizando um total de 2.880 postagens. Foram criadas 82 campanhas, entre promocionais e institucionais, para as cooperativas filiadas, fomentando ainda mais a geração de negócios. Em 2021 foram criadas um total de 3.480 peças para atender as demandas internas da Central e das ações das cooperativas

filiadas, além de mais de 130 vídeos. A partir de maio de 2021, a Ascom iniciou um trabalho de assessoria de imprensa, que resultou na produção de 20 releases e na obtenção de 26 matérias nos veículos de comunicação, além de sete roteiros de vídeos e um texto para spot de rádio.

A Área de Tecnologia da Informação (TI) trabalhou para promover os melhores serviços de Suporte Técnico, Segurança Cibernética, Redes, Performance Colaborativa, Desenvolvimento e Processos, abaixo segue suas principais entregas. Em 2021, a área desenvolveu a automação de processos (um total de

seis) com tecnologia RPA. Trata-se de um projeto complexo de grande importância que visou aumentar a produtividade, reduzir custos operacionais, aumentar o desempenho. A área realizou o levantamento e mapeamento de mais de 2.200 processos, que estão em análise e de forma minuciosa estão sendo classificados entre BPM| RPA | Híbrido e Manual.

O objetivo dessa ação é automatizar, documentar e propor metodologias de melhorias nos processos. No que se refere ao suporte, a área realizou o monitoramento de 97 links MPLS das filiadas, tratando mais 2.600 chamados endereçados a área de Tecnologia, via GCC. O DPO (Data Protection Officer) realizou quatro visitas técnicas e prestou suporte de forma presencial e online,

além de realizar treinamentos para as cooperativas e seus empregados. A área de TI eliminou perfis conflitantes SISBR, ajustou a matriz de acessos, monitorou as aplicações com maior tráfego, atualizações de software – computadores \ notebook, aquisição de equipamentos/ peças novos, relatório de impressão, status e tratativas das atividades da área, a fim de eliminar quaisquer gargalos no processo.

PROCESSOS AUTOMATIZADOS

1 Títulos Desconectados

2 Normativos

A **Área Contábil** prestou de forma centralizada serviços contábeis e de rotinas trabalhistas, fiscais e previdenciária para as cooperativas filiadas. A área também realizou o suporte do módulo de rateio de sobras, Limites Operacionais e no Contas a Pagar e tributário do Sistema de Gestão Empresarial (SGE).

A **Assessoria Jurídica e Normativa** prestou, em 2021, consultoria, emitindo, em média, 10 pareceres por semana de orientações e consultas às filiadas, além de instruir aspectos relacionados

3 Envio de Extratos

4 Acompanhamento da Ouvidoria

à governança, regimentos e regulamentos, entre outros. A área acompanhou e deu suporte na realização de 29 Assembleias Gerais das filiadas e realizou 28 registros na Junta Comercial e, conseqüentemente, no Unicad e Banco Central em razão das assembleias. A área também fez o suporte e auxílio referentes às reuniões de Conselho de Administração das singulares.

A **Área de Gestão de Pessoas** realizou 651 entrevistas, com 194 vagas e 147 processo de recrutamento e seleção do quadro funcional das

5 Atualização dos painéis Fraude

6 Atualização dos painéis Planejamento Estratégico

cooperativas filiadas da Central, em 2021. Foram 12 cooperativas que utilizaram a metodologia do Sicoob referente ao Programa de Carreira e Remuneração; 09 que usaram a metodologia do Gestão de Desempenho e realizadas 04 palestras com temas de cuidados essenciais, saúde mental, ansiedade e valores nos programas de Humanização do Ambiente de Trabalho. A área, que coordena e executa programas de Educação Corporativa do Sistema, realizou 45 cursos Online, alcançado 2008 participantes, totalizando investimentos de R\$ 71 mil. Foram captados R\$ 80,5 mil de projetos junto ao SESCOOP. O total

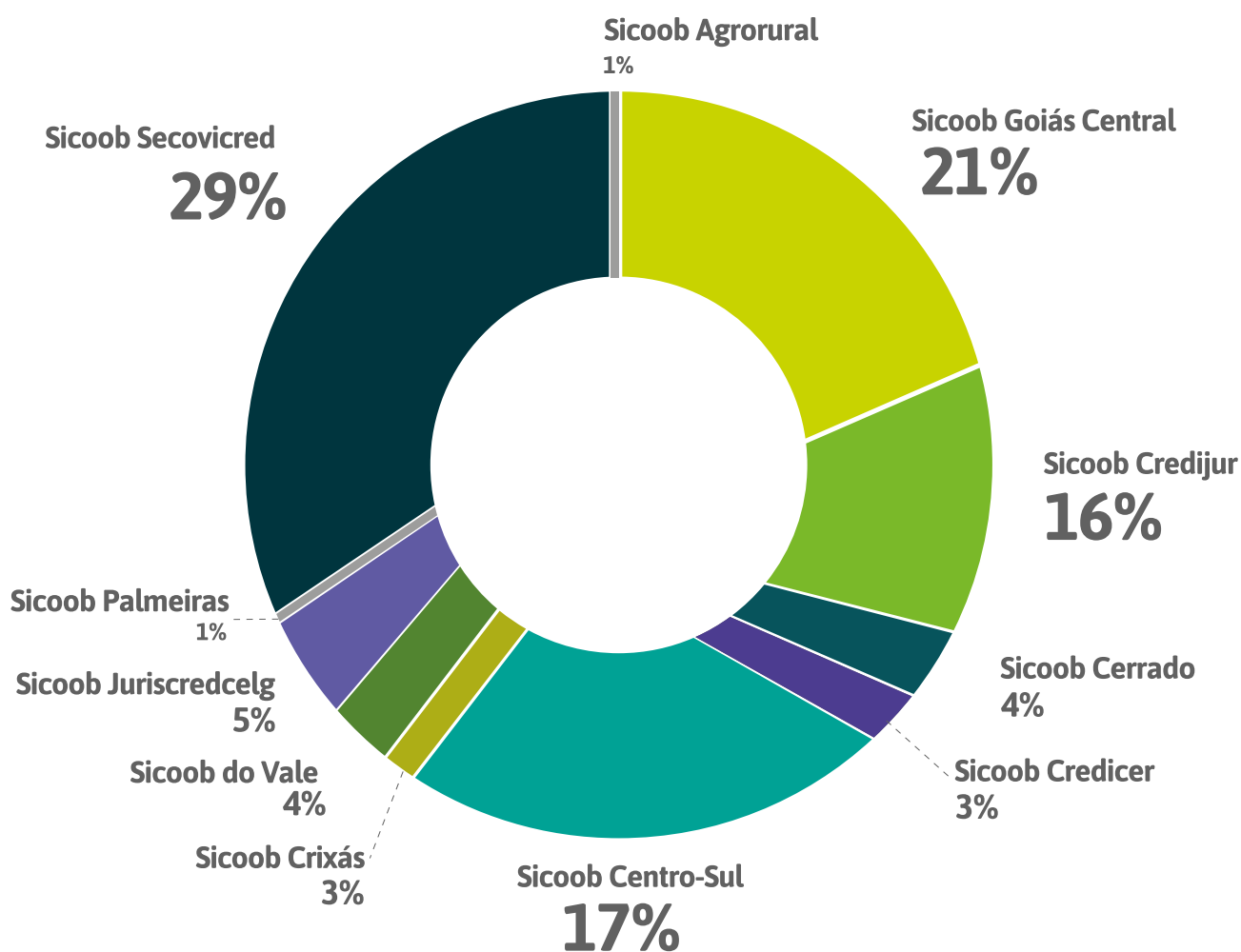


investido no desenvolvimento humano da Central e filiais, em 2021, foi de R\$ 183 mil. Um dos destaques foi a implantação do Programa da Dale Carnegie para o desenvolvimento da liderança da Central. A Dale

Carnegie é uma empresa que já está há mais de 108 anos no mercado com reconhecimento e certificação Internacional. Em conformidade com os programas da Universidade Sicoob, atingimos 37.006 cursos

realizados no ambiente online referentes a 1.587 inscritos. A área conseguiu alcançar o nível acima dos 80% do cronograma dos planos de capacitação que atenderam aos apontamentos da IANB.

DESEMPENHO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E GESTÃO



RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	
TOTAL DE ENTREVISTADOS	651
NÚMERO DE VAGAS	194
NÚMERO DE PROCESSOS	147

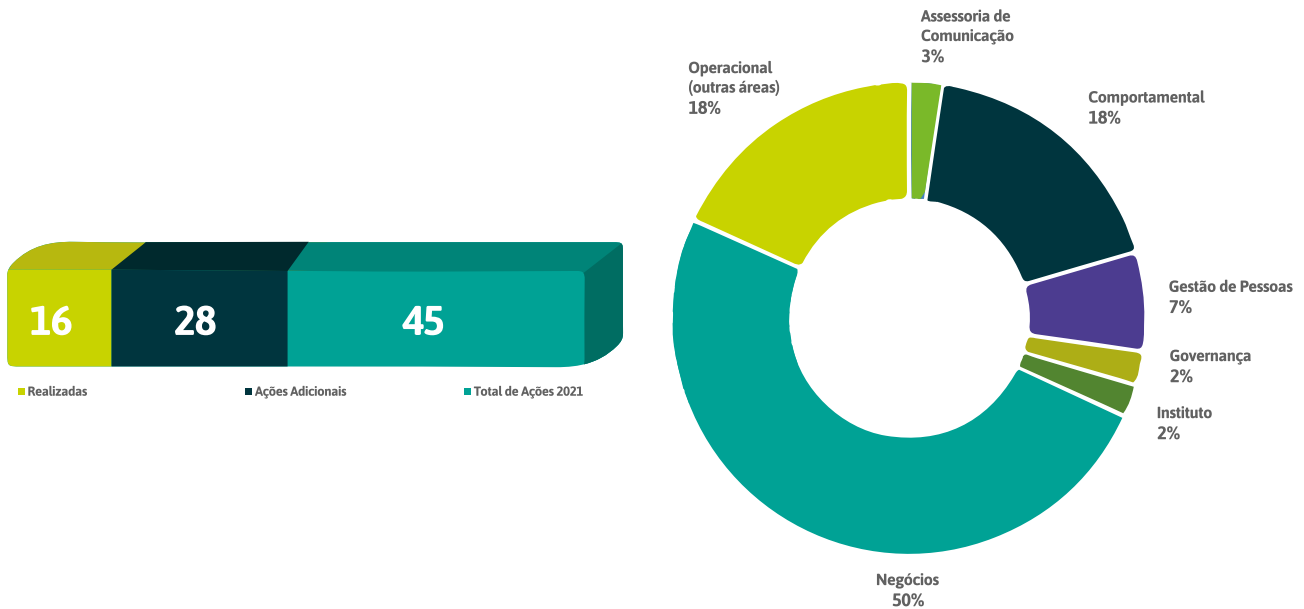
CARREIRA E REMUNERAÇÃO

12 cooperativas utilizam a metodologia do Sicoob.

GESTÃO DE DESEMPENHO

09 Cooperativas utilizam a metodologia do Sicoob.

EDUCAÇÃO CORPORTAVIA 2021



O **Instituto Sicoob**, que é a unidade de Investimento Social Estratégico do Sistema, apoiou as cooperativas filiadas em suas ações em 2021. Com o seu trabalho, o Sicoob Goiás Central conquistou o troféu 'Cooperar: poder que transforma vidas', um reconhecimento pelo desempenho e engajamento da equipe da Central e cooperativas filiadas na edição 2021 da Semana do Cooperativismo. O total do investimento foi de R\$266,8 mil destinados a doação de cestas básicas, reformas, doação de máscaras e álcool, brinquedos e mudas de árvore. Na semana do Investidor (Semana EFEF) foi a oportunidade de levar a Justiça Financeira aos Funcionários, cooperados e comunidade. Nesta ação, nossa central foi reconhecida com o troféu ouro da categoria

por suas ações e divulgações referente a investimentos. O Concurso Cultural 2021 contou com a participação de 2.300 alunos e 23 escolas com investimento de R\$ 28,7 mil.

A **Área de Supervisão** realizou o acompanhamento dos objetivos inerentes a gestão de riscos e conformidade. Nesta área, as cooperativas filiadas foram orientadas em relação a manutenção da Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), em que, estão inseridos todos os Planos de Ação acerca dos processos de Auditoria Cooperativa, bem como, Fatos Relevantes e Rating Sistêmico. Também foram executados centenas de atendimentos as Filiadas com suporte e acompanhando por meio dos processos de monitoramento, como por exemplo: Pós

Auditoria; Riscos operacionais, de crédito e socioambiental; Prevenção a lavagem de dinheiro; Segregação de função; Ativos problemáticos; Contas Inativas; Cadastros desatualizados; Rating Sistêmico; Índices e Indicadores; Ouvidoria; Reclame aqui e Perdas operacionais entre outros.

A **Área de Controles Internos** desenvolveu as atividades na forma estabelecida no MIG-Controles Internos e demais normas do Banco Central do Brasil, visando o cumprimento das normas e políticas instituídas, como: o acompanhamento das atividades do RDR, SISCOP, BC Correio, Ouvidoria Interna e PLD/FT, prazos e respostas, tendo 18 ocorrências no ano de 2021; acompanhamento do CSA-Controle Sicoob



de Autoavaliação, que apresentou a nota de conformidade Satisfatória, com pontuação máxima de conformidade; realização do mapeamento dos Riscos das áreas da Central, tendo o ciclo 2019/2020/2021, fechado em dezembro/2021 com todos os riscos classificados como Baixo Risco; acompanhamento das Auditorias Internas e Externas em sua execução, apontamentos, planos de ação e prazo de regularização, tendo para o ano de 2021 a realização das auditorias interna, finalizada em agosto/2021 e auditoria cooperativa finalizada em

novembro/2021.

A **Área Administrativa** lançou o novo sistema de expedição de malote, que proporcionou maior agilidade e segurança na movimentação de materiais e documentos entre a Central e Singulares. Essa área também cuida do almoxarifado, que viabilizou, em 2021, a distribuição de 7.110 de materiais sistêmicos de marca única, como envelopes, pastas, bobinas, entre outros, totalizando uma movimentação de mais de R\$181 mil. A área realizou ainda a renegociação de todos os contratos que previam

reajustes com base no IGPM, visando redução de custo devido o índice ter alcançado valores impraticáveis. Nessa ação, obteve como resultado a redução anual de cerca de R\$ 90 mil.

A **Área de Cobrança** é a mais nova área da Central, criada em 19 de julho de 2021 com o objetivo de promover a recuperação dos ativos das cooperativas filiadas. Nos primeiros seis meses de atuação, até dezembro de 2021, a área conseguiu recuperar mais de R\$ 10 milhões.

Mais
que uma escolha
FINANCEIRA. 

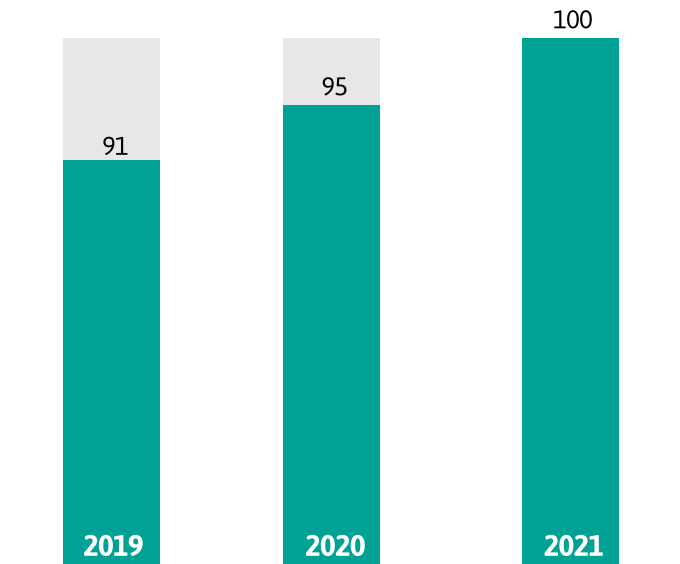


NÚMEROS DO SICOOB GOIÁS CENTRAL



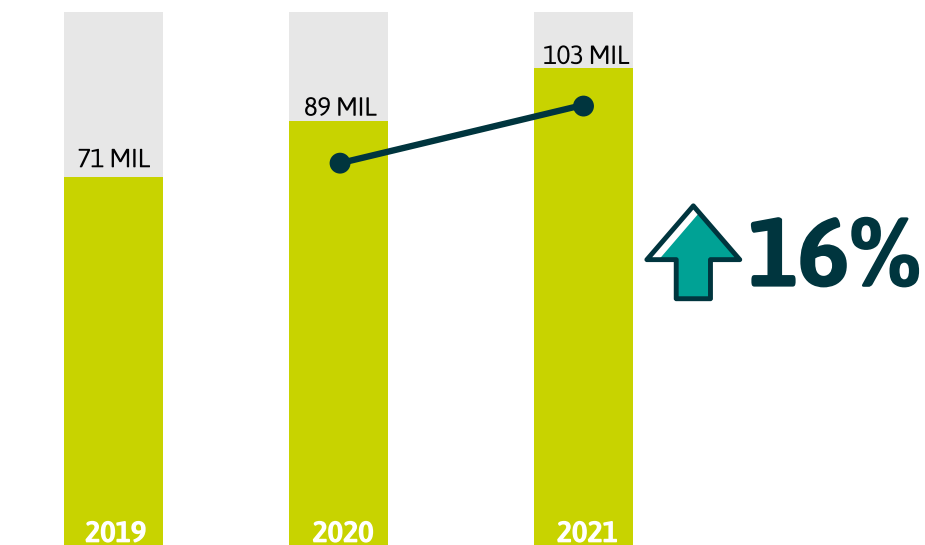


Nº DE AGÊNCIAS

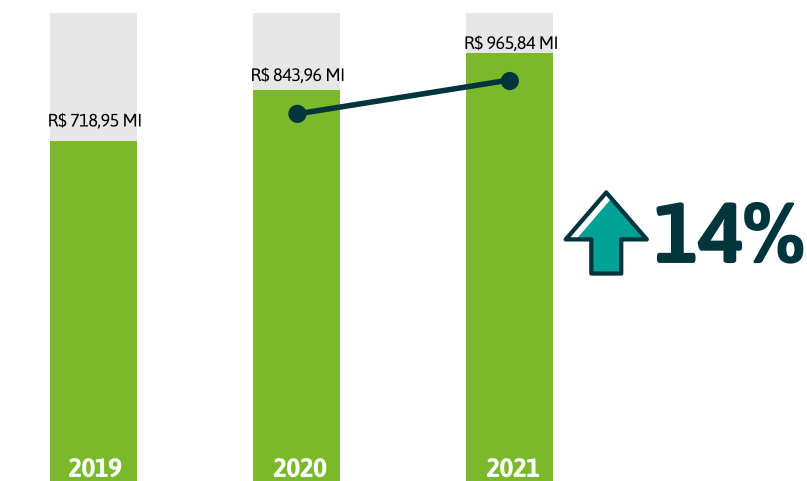


GRANDES NÚMEROS DO SICOOB GOIÁS CENTRAL

QUANTIDADE DE ASSOCIADOS

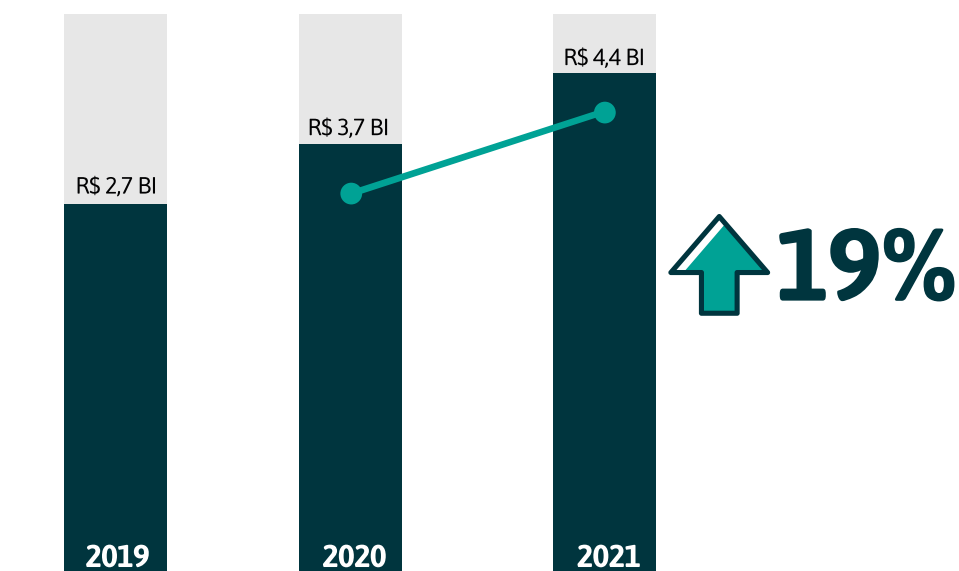


PATRIMÔNIO LÍQUIDO



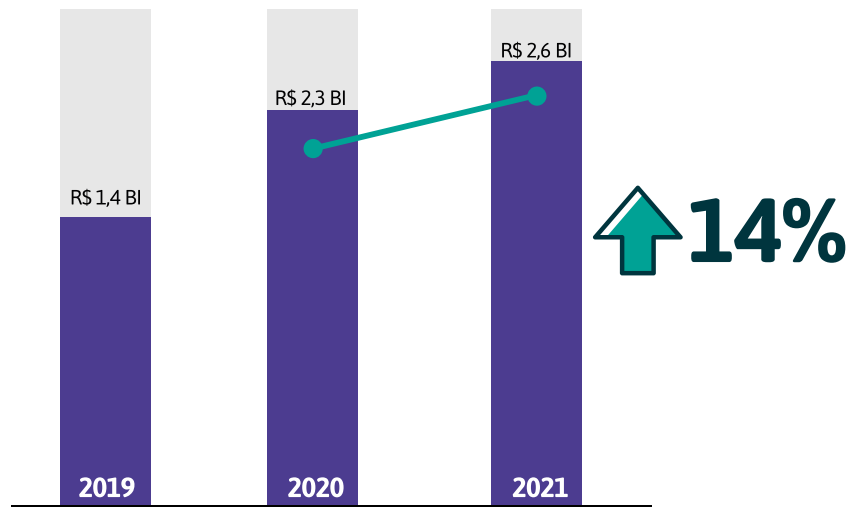
GRANDES NÚMEROS DO SICOOB GOIÁS CENTRAL

ATIVOS TOTAIS

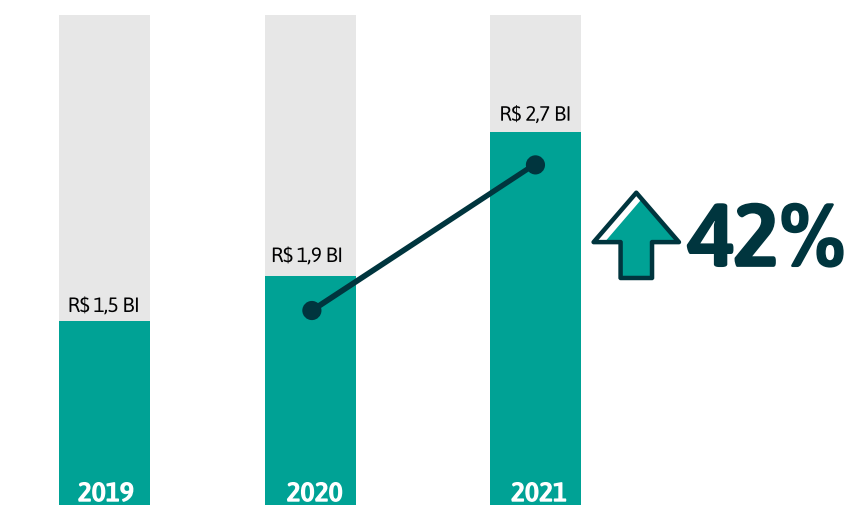




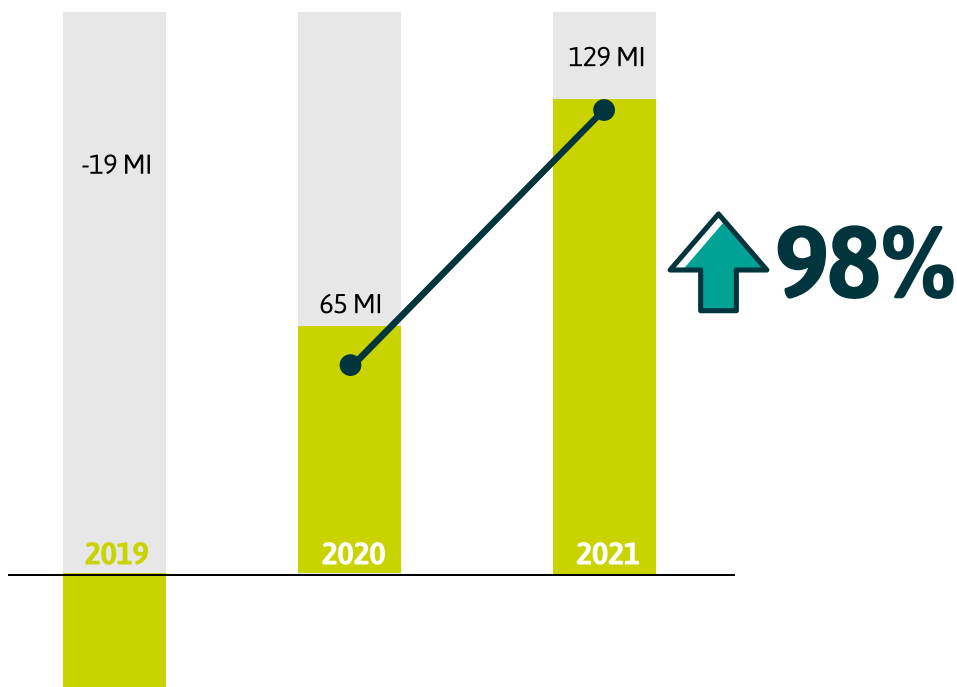
DEPÓSITOS TOTAIS



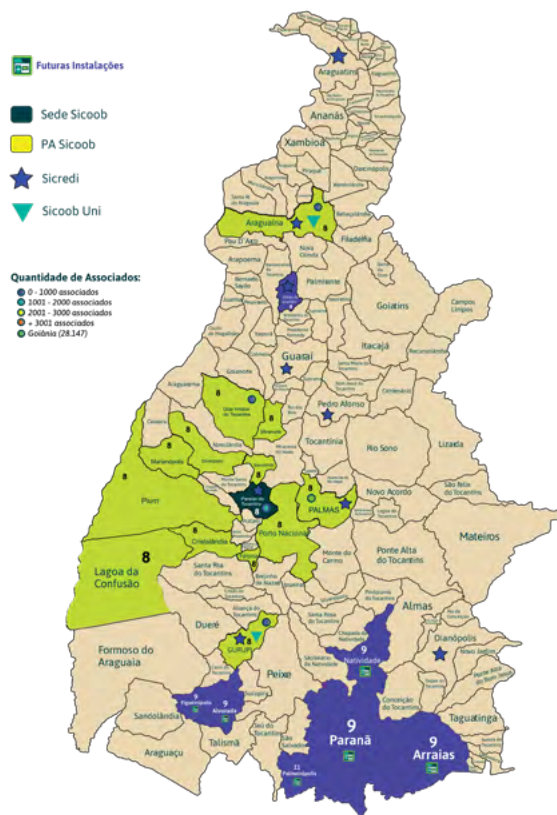
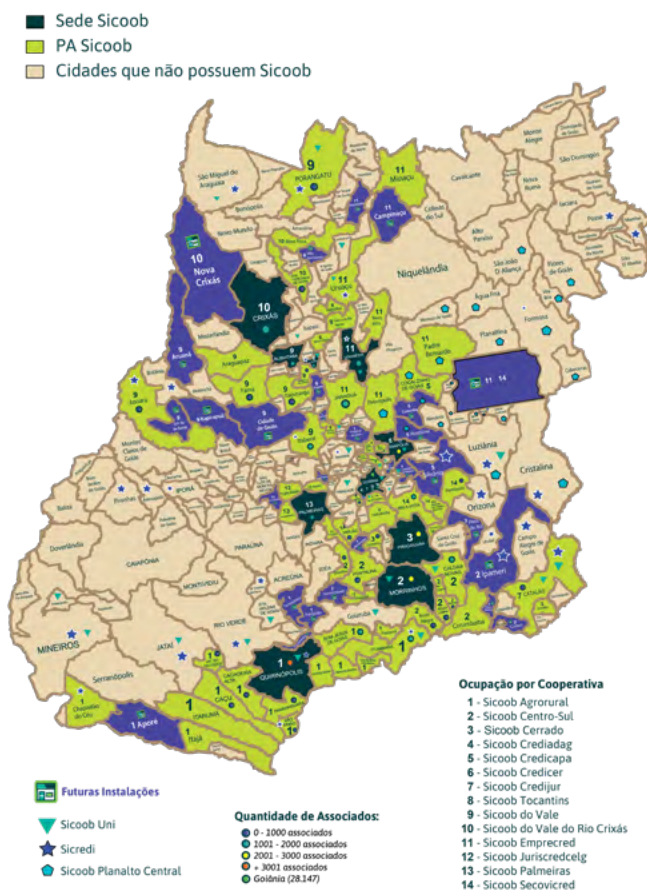
CARTEIRA DE CRÉDITO



SOBRAS



GRANDES NÚMEROS DO SICOOB GOIÁS CENTRAL





1



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.361.780.494,93	1.443.418.816,86
DISPONIBILIDADES	4	2.998,03	3.000,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.214.335.452,97	1.315.376.475,48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.130.749.159,60	1.231.639.833,26
Títulos e Valores Mobiliários	4	59.933.615,64	79.269.691,60
Operações de Crédito	5	23.568.640,51	4.377.397,54
Outros Ativos Financeiros	6	84.037,22	89.553,08
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5	(149.916,40)	(43.773,97)
(-) Operações de Crédito		(149.916,40)	(43.773,97)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	13.580,49	4.248,60
OUTROS ATIVOS	8	1.713.930,73	1.709.769,41
INVESTIMENTOS	9	138.763.875,10	118.771.026,82
IMOBILIZADO DE USO	10	9.758.623,77	9.605.089,12
INTANGÍVEL	11	1.624.570,31	1.327.411,82
(-) DEPRECIações E AMORTIZAções	10 e 11	(4.282.620,07)	(3.334.430,42)
TOTAL DO ATIVO		1.361.780.494,93	1.443.418.816,86
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.361.780.494,93	1.443.418.816,86
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	1.204.610.582,24	1.319.603.914,61
Relações Interfinanceiras		1.204.511.420,65	1.319.557.735,66
Centralização Financeira - Cooperativas		1.204.511.420,65	1.319.557.735,66
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	37.301,19	23.837,07
Outros Passivos Financeiros	14	61.860,40	22.341,88
PROVISÕES	15	786.091,46	807.226,02
OBRIGAções FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	371.651,86	275.476,26
OUTROS PASSIVOS	17	10.754.641,54	1.768.915,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	145.257.527,83	120.963.284,14
CAPITAL SOCIAL	18.a	129.362.863,88	104.388.703,86
RESERVAS DE SOBRES	18.b-c	12.724.707,92	10.677.809,02
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	18.d	(1.553.766,83)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.f	4.723.722,86	5.896.771,26
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.361.780.494,93	1.443.418.816,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		43.164.299,31	61.968.372,66	25.876.595,08
Operações de Crédito	20	587.808,69	814.064,03	272.234,90
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	41.195.708,39	59.173.812,97	24.041.447,16
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4	1.380.782,23	1.980.495,66	1.562.913,02
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(42.080.566,06)	(60.436.973,91)	(25.391.793,14)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(41.958.560,52)	(60.330.831,48)	(25.439.581,36)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(122.005,54)	(106.142,43)	47.788,22
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.083.733,25	1.531.398,75	484.801,94
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.176.287,73	10.455.278,02	7.404.623,61
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	14.402,31	22.755,55	112.139,98
Rendas de Tarifas		-	-	7,52
Dispêndios e Despesas de Pessoal	23	(5.563.850,76)	(10.036.363,38)	(8.708.561,77)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	24	(2.917.575,72)	(5.594.327,64)	(4.955.445,95)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(24.014,08)	(48.002,01)	(60.507,22)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		2.646.783,54	11.340.521,60	8.668.502,79
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	25	8.149.929,90	15.045.502,24	12.368.614,85
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	26	(129.387,46)	(274.808,34)	(20.126,59)
PROVISÕES	27	(53.477,61)	21.134,56	(438.602,55)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(53.477,61)	21.134,56	(438.602,55)
RESULTADO OPERACIONAL		3.206.543,37	12.007.811,33	7.450.823,00
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-	-	(719,23)
Ganhos de Capital		-	-	201,43
Outras Rendas Não Operacionais		-	-	11,55
(-) Perdas de Capital		-	-	(932,21)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.206.543,37	12.007.811,33	7.450.103,77
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.094,32	-	(38.279,51)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		4.047,16	-	(19.140,22)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		4.047,16	-	(19.139,29)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.214.637,69	12.007.811,33	7.411.824,26
JUROS AO CAPITAL	19	(5.170.112,50)	(5.170.112,50)	(2.690.574,36)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.955.474,81)	6.837.698,83	4.721.249,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.214.637,69	12.007.811,33	7.411.824,26
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		1.539.760,73	(1.553.766,83)	
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		1.539.760,73	(1.553.766,83)	
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		4.754.398,42	10.454.044,50	7.411.824,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	3.206.543,37	12.007.811,33	7.450.103,77
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.646.783,54)	(11.340.521,60)	(8.668.502,79)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	122.005,54	106.142,43	(47.788,22)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	53.477,61	(21.134,56)	438.602,55
Depreciações e Amortizações	473.866,23	957.369,65	846.295,40
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	1.209.109,21	1.709.667,25	18.710,71
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(12.537.525,66)	(19.191.242,97)	(1.325.324,60)
Outros Ativos Financeiros	(688,91)	5.515,86	125.539,12
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(9.724,69)	(9.331,89)	(2.449,51)
Outros Ativos	366.125,72	(4.161,32)	57.635,67
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras	(380.649.364,02)	(115.046.315,01)	634.134.179,16
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.061,67	13.464,12	3.982,32
Outros Passivos Financeiros	43.026,30	39.518,52	(230.264,16)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	118.547,39	96.175,60	(54.255,57)
Outros Passivos	(970.731,20)	3.815.613,21	(2.970.584,88)
FATES - Atos Cooperativos	(341.884,94)	(341.884,94)	(235.737,80)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(6.493,88)
Imposto de Renda	4.047,16	-	(19.140,22)
Contribuição Social	4.047,16	-	(19.139,29)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(392.752.954,81)	(128.912.981,57)	629.476.657,07
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível	3.636,72	(289.885,05)	(337.422,24)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(56.337,32)	(169.988,09)	(883.203,14)
Aquisição de Investimentos	(10.205.704,27)	(10.206.093,51)	7.712.662,87
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(10.258.404,87)	(10.665.966,65)	6.492.037,49
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	9.075.842,96	13.974.613,07	6.146.485,72
Devolução de Capital à Cooperados	-	-	(54.262,94)
Distribuição de sobras para associados	-	(67.336,81)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.170.112,50	5.170.112,50	2.419.619,30
Reversões de Fundos	274.807,87	274.807,87	643.955,28
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	14.520.763,33	19.352.196,63	9.155.797,36
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(388.490.596,35)	(120.226.751,59)	645.124.491,92
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.579.176.369,62	1.310.912.524,86	665.788.032,94
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.190.685.773,27	1.190.685.773,27	1.310.912.524,86
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(388.490.596,35)	(120.226.751,59)	645.124.491,92

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	97.783.530,48	(4.162.430,95)	8.312.242,55	3.139.364,23	0,00	2.255.762,25	107.328.468,56
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	2.255.762,25	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.255.762,25)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	5.054.262,94	1.092.222,78	0,00	0,00	0,00	0,00	6.146.485,72
Por Devolução (-)	(54.262,94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(54.262,94)
Reversões de Reservas	0,00	0,00	0,00	(2.659.700,17)	0,00	2.659.700,17	0,00
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.955,28	643.955,28
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.411.824,26	7.411.824,26
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.690.574,36)	(2.690.574,36)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.419.619,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.419.619,30
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.414.426,81	0,00	0,00	(1.414.426,81)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	471.475,60	0,00	(471.475,60)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(235.737,80)	(235.737,80)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.493,88)	(6.493,88)
Saldos em 31/12/2020	107.458.912,03	(3.070.208,17)	9.726.669,36	951.139,66	0,00	5.896.771,26	120.963.284,14
Saldos em 31/12/2020	107.458.912,03	(3.070.208,17)	9.726.669,36	951.139,66	0,00	5.896.771,26	120.963.284,14
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	5.829.434,45	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.896.771,26)	(67.336,81)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	12.853.656,59	1.120.956,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.974.613,07
Reversões de Reservas	0,00	0,00	0,00	(688.180,63)	0,00	688.180,63	0,00
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.807,87	274.807,87
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.007.811,33	12.007.811,33
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coliga- das e Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.553.766,83)	0,00	(1.553.766,83)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.170.112,50)	(5.170.112,50)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.170.112,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.170.112,50
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.051.309,65	0,00	0,00	(2.051.309,65)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	683.769,88	0,00	(683.769,88)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(341.884,94)	(341.884,94)
Saldos em 31/12/2021	131.312.115,57	(1.949.251,69)	11.777.979,01	946.728,91	(1.553.766,83)	4.723.722,86	145.257.527,83
Saldos em 30/06/2021	117.626.638,35	(2.509.729,93)	9.726.669,36	951.139,66	(3.093.527,56)	8.793.173,64	131.494.363,52
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	8.515.364,72	560.478,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.075.842,96
Reversões de Reservas	0,00	0,00	0,00	(688.180,63)	0,00	688.180,63	0,00
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.807,87	274.807,87
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.214.637,69	3.214.637,69
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coliga- das e Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.539.760,73	0,00	1.539.760,73
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.170.112,50)	(5.170.112,50)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.170.112,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.170.112,50
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.051.309,65	0,00	0,00	(2.051.309,65)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	683.769,88	0,00	(683.769,88)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(341.884,94)	(341.884,94)
Saldos em 31/12/2021	131.312.115,57	(1.949.251,69)	11.777.979,01	946.728,91	(1.553.766,83)	4.723.722,86	145.257.527,83

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



2

**NOTAS
EXPLICATIVAS**



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o **SICOOB GOIÁS CENTRAL** coordena as ações do Sicoob, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

Atua conjuntamente com mais 14 (catorze) cooperativas singulares associadas, sendo 13 do tipo Livre Admissão e 1 de Empregados Público e profissional liberal, distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Anápolis/GO	1
Ceres/GO	1
Crixás/GO	1
Goianésia/GO	1
Goiânia/GO	4
Morrinhos/GO	1
Palmeiras de Goiás/GO	1
Paraíso de Tocantins/TO	1
Piracanjuba/GO	1
Quirinópolis/GO	1
Rubiataba/GO	1

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema

Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 23/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.



Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de

curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICCOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICCOB.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.



l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação

prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	2.998,03	3.000,00
Operações compromissadas (b)	777.965.847,18	743.683.219,52
Depósitos Interfinanceiros - DI pós-fixado (c)	352.783.312,42	487.956.613,74
Títulos e Valores Mobiliários (d)	59.933.615,64	79.269.691,60
TOTAL	1.190.685.773,27	1.310.912.524,86

(a) Referem-se aos recursos mantidos em conta corrente no Banco Sicoob.

(b) Referem-se a operações compromissadas, atreladas à taxa CDI, realizadas com o Bancoob, com lastro em títulos públicos federais. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 com foram respectivamente R\$ 32.137.477,29 e R\$ 14.967.128,23.



(c) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 96% e 101% do CDI. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 com as aplicações interfinanceiras de liquidez foram respectivamente R\$ 27.036.355,68 e R\$ 9.074.318,93.

(d) Refere-se às aplicações em cotas de fundo de renda fixa denominado Fundo Centralização, administrado pelo Bancoob DTVM. Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 foram, respectivamente, R\$ 1.980.495,66 e R\$ 1.562.913,02.

4. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	9.422.980,30	13.253.333,56	22.676.313,86	1.981.118,84
Financiamentos	670.104,25	222.222,40	892.326,65	2.396.278,70
Total de Operações de Crédito	10.093.084,55	13.475.555,96	23.568.640,51	4.377.397,54
(-) Provisões para Operações de Crédito	(65.660,85)	(84.255,55)	(149.916,40)	(43.773,97)
TOTAL	10.027.423,70	13.391.300,41	23.418.724,11	4.333.623,57

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo /TD	Financiamentos	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	4.822.059,25	0,00	4.822.059,25	0,00	0,00	0,00
A	0,01	Normal	7.509.882,06	0,00	7.509.882,06	(37.549,41)	0,00	0,00
B	0,01	Normal	10.344.372,55	892.326,65	11.236.699,20	(112.366,99)	4.377.397,54	(43.773,97)
Total Normal			22.676.313,86	892.326,65	23.568.640,51	(149.916,40)	4.377.397,54	(43.773,97)
Total Geral			22.676.313,86	892.326,65	23.568.640,51	(149.916,40)	4.377.397,54	(43.773,97)
Provisões			(140.993,13)	(8.923,27)	(149.916,40)		(43.773,97)	
Total Líquido			22.535.320,73	883.403,38	23.418.724,11		4.333.623,57	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	1.769.666,96	7.653.313,34	13.253.333,56	22.676.313,86
Financiamentos	170.104,30	499.999,95	222.222,40	892.326,65
TOTAL	1.939.771,26	8.153.313,29	13.475.555,96	23.568.640,51

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	4.822.059,25	0,00	4.822.059,25	20,46%
Outros	17.854.254,61	892.326,65	18.746.581,26	79,54%
TOTAL	22.676.313,86	892.326,65	23.568.640,51	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	43.773,97	27.910,86
Constituições/Reversões no período	106.142,43	15.863,11
Saldo Final	149.916,40	43.773,97

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	7.509.882,06	31,86%	1.981.118,84	45,26%
10 Maiores Devedores	23.568.640,51	100,00%	4.377.397,54	100,00%
50 Maiores Devedores	23.568.640,51	100,00%	4.377.397,54	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	77.649,04	217.649,04
Valor das operações recuperadas no período	(77.649,04)	(140.000,00)
Saldo Final	0,00	77.649,04

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2021 não existe saldo devedor com operações de crédito renegociadas pela cooperativa.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber (a)	453,80	0,00	546,64	0,00
Títulos e Créditos a Receber (b)	697,01	0,00	6.120,03	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	0,00	82.886,41	0,00	82.886,41
TOTAL	1.150,81	82.886,41	6.666,67	82.886,41

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 453,80).

(b) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: outros (R\$ 697,01);

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: PIS (R\$ 5.463,70), COFINS (R\$ 77.422,71).

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	13.580,51	0,00	4.248,60	0,00
TOTAL	13.580,51	0,00	4.248,60	0,00



8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	23.381,39	0,00	12.329,84	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	15.723,66	0,00	14.202,31	0,00
Pagamentos a Ressarcir	4.458,41	0,00	50.436,56	0,00
Devedores Diversos – País (a)	1.396.206,71	0,00	1.143.539,77	0,00
Material em Estoque	71.025,64	0,00	64.968,42	0,00
Despesas Antecipadas (b)	203.134,90	0,00	424.292,51	0,00
TOTAL	1.713.930,71	0,00	1.709.769,41	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Plano de Saúde a Receber (R\$ 37.836,27), Pendências a Regularizar – BANCOOB (R\$ 1.813,40), Cooperativas Filiadas (R\$ 992.825,65), Valores a receber – Mensalidades (R\$ 329.164,93) e outros (R\$ 34.566,48);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	126.010.233,97	106.017.385,69
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	12.741.141,13	12.741.141,13
Outras Participações	12.500,00	12.500,00
TOTAL	138.763.875,10	118.771.026,82

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CONFEDERAÇÃO e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos		1.139.318,00	1.139.318,00
Edificações	4%	3.697.409,39	3.697.409,39
Instalações	10%	1.398.100,31	1.398.100,31
Móveis e equipamentos de Uso	10%	805.530,60	785.027,89
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.522.617,18	2.389.585,24
Sistema de Segurança	10%	2.748,29	2.748,29
Sistema de Transporte	20%	192.900,00	192.900,00

Total de Imobilizado de Uso		9.758.623,77	9.605.089,12
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.220.560,01)	(1.072.663,73)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(305.807,00)	(170.032,11)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.480.958,69)	(1.161.644,32)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(147.890,00)	(109.310,00)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.155.215,70)	(2.513.650,16)
TOTAL		6.603.408,07	7.091.438,96

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	595.642,99	298.484,50
Sistemas De Comunicação E De Segurança	92.423,07	92.423,07
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	124.624,25	124.624,25
Outros Ativos Intangíveis	811.880,00	811.880,00
Total de Intangível	1.624.570,31	1.327.411,82
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(1.127.404,37)	(820.780,26)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(1.127.404,37)	(820.780,26)
TOTAL	497.165,94	506.631,56

12. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de **2021** equivale a 98 % do CDI (**2020** - 98 %).

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	1.204.511.420,65	0,00	1.319.557.735,66	0,00
TOTAL	1.204.511.420,65	0,00	1.319.557.735,66	0,00

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasses do País - Instituições Oficiais	37.301,19	0,00	23.837,07	0,00
TOTAL	37.301,19	0,00	23.837,07	0,00

É composto de valores descontados em folha de pagamento, a serem repassados ao BANCO SICOOB referente à empréstimo consignado.

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:



Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	61.860,40	0,00	22.341,88	0,00
TOTAL	61.860,40	0,00	22.341,88	0,00

Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

15. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	3.400,91	699.804,14	0,00	724.339,61
Provisão Para Contingências (b)	0,00	82.886,41	0,00	82.886,41
TOTAL	3.400,91	782.690,55	0,00	807.226,02

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em operações junto ao FGCOOP de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	33.125.494,31	38.098.383,40
TOTAL	33.125.494,31	38.098.383,40

(b) Provisão para Demandas Judiciais e passivos contingentes

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	5.463,70	5.463,70	5.463,70	5.463,70
COFINS	77.422,71	77.422,71	77.422,71	77.422,71
TOTAL	82.886,41	82.886,41	82.886,41	82.886,41

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB GOIÁS CENTRAL, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo e classificados com risco de perda possível.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.963,51	0,00	6.664,70	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	364.491,59	0,00	268.606,69	0,00
Outros	196,76	0,00	204,87	0,00
TOTAL	371.651,86	0,00	275.476,26	0,00

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	342.449,37	0,00	546.327,36	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.070.170,83	0,00	1.115.229,37	0,00
Credores Diversos – País (c)	9.342.021,34	0,00	107.359,10	0,00
Total	10.754.641,54	0,00	1.768.915,83	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	342.449,37	0,00	546.327,36	0,00
TOTAL	342.449,37	0,00	546.327,36	0,00

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 1.029.086,75), e outras despesas administrativas (R\$ 41.084,08);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCOOB (R\$ 16.818,10), Créditos de terceiros (R\$ 87.579,61) e Custo de Lançamento- Centralização Financeira (R\$ 9.237.178,63).

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas



cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	129.362.863,88	104.388.703,86
Associados	14	14

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo de Marketing

Reserva de sobras utilizada para cobertura de despesa de Marketing, para divulgação do sistema Sicoob GO/TO.

d) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, a SICOOB GOIÁS CENTRAL realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras a disposição da AGO, no montante de R\$ 5.896.771,26 foi incorporada ao capital social das filiadas.

f) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	6.837.698,83	4.721.249,90
Lucro líquido - atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(6.493,88)
Sobra/Perda líquida, base de cálculo das destinações	6.837.698,83	4.714.756,02
Destinações estatutárias	-	-
Fundo de Reserva - 30%	(2.051.309,65)	(1.414.426,81)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(341.884,94)	(235.737,80)
Fundo de Marketing 10%	(683.769,88)	(471.475,60)
Reversão Utilização de FATES	274.807,87	643.955,28
Reversão Reserva de Expansão	-	1.933.258,65
Reversão Utilização de Fundo de Marketing	688.180,63	726.441,52
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.723.722,86	5.896.771,26

19. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 5.170.112,50. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	552.757,17	682.469,08	53.241,94
Rendas de Financiamentos	31.791,43	50.685,82	78.992,96
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.260,09	80.909,13	140.000,00
TOTAL	587.808,69	814.064,03	272.234,90

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(41.958.560,52)	(60.330.831,48)	(25.439.581,36)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	17.155,54	90.081,55	67.599,41
Provisões para Operações de Crédito	(139.161,08)	(196.223,98)	(19.811,19)
TOTAL	(42.080.566,06)	(60.436.973,91)	(25.391.793,14)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	14.402,31	22.755,55	112.139,98
TOTAL	14.402,31	22.755,55	112.139,98

23. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(39.000,00)	(74.190,00)	(87.134,66)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(600.920,87)	(1.161.588,21)	(1.347.203,48)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(965.712,00)	(1.682.842,84)	(1.317.186,19)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.120.126,57)	(2.050.045,67)	(1.739.962,98)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.726.742,29)	(4.921.037,14)	(4.106.451,51)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(44.522,36)	(57.005,84)	(62.298,36)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(66.826,67)	(89.653,68)	(48.324,59)
TOTAL	(5.563.850,76)	(10.036.363,38)	(8.708.561,77)

24. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(70.697,37)	(125.874,94)	(121.432,96)
Despesas de Aluguéis	(21.239,36)	(42.195,72)	(71.308,78)
Despesas de Comunicações	(42.649,46)	(79.828,75)	(48.220,30)



Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(105.280,05)	(201.651,88)	(159.333,98)
Despesas de Material	(42.039,52)	(74.495,99)	(48.205,46)
Despesas de Processamento de Dados	(386.116,86)	(859.184,05)	(621.225,92)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(152.218,04)	(190.925,63)	(136.143,50)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(387.711,26)	(688.290,63)	(773.513,83)
Despesas de Publicações	(9.746,73)	(33.014,31)	(17.714,34)
Despesas de Seguros	(2.810,12)	(5.260,26)	(20.258,08)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(19.112,36)	(35.710,76)	(41.381,87)
Despesas de Serviços de Terceiros	(43.109,91)	(100.352,25)	(212.549,84)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(30.057,24)	(59.528,68)	(55.192,88)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(262.709,77)	(510.570,17)	(473.584,38)
Despesas de Transporte	(2.870,63)	(10.166,41)	(41.864,84)
Despesas de Viagem no País	(11.856,30)	(14.765,14)	(13.498,23)
Despesas de Amortização	(150.682,31)	(299.350,67)	(253.430,55)
Despesas de Depreciação	(323.183,92)	(658.018,98)	(592.864,85)
Outras Despesas Administrativas	(853.484,51)	(1.605.142,42)	(1.253.721,36)
TOTAL	(2.917.575,72)	(5.594.327,64)	(4.955.445,95)

25. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	35.730,72	50.486,02	27.329,25
Outras rendas operacionais	8.114.199,18	14.995.016,22	12.341.285,60
TOTAL	8.149.929,90	15.045.502,24	12.368.614,85

26. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(0,30)	(0,30)	(8,97)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Extenas	0,00	(0,17)	(24,30)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	0,00	(0,01)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	0,00	0,00	(50,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	0,00	(420,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	0,00	(19.623,31)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(129.387,16)	(274.807,87)	0,00
TOTAL	(129.387,46)	(274.808,34)	(20.126,59)

27. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(53.477,61)	21.134,56	(438.602,55)
Provisões para Garantias Prestadas	(53.494,34)	(1.275.290,63)	(724.339,86)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	16,73	1.296.425,19	285.737,31
TOTAL	(53.477,61)	21.134,56	(438.602,55)

29. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/(Passivo)	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	23.418.724,11	4.333.623,57
Valores a receber		
Rateio/Alocação Filiadas	1.356.557,06	1.114.892,85
Centralização Financeira	1.204.511.420,65	1.319.557.735,66
Passivo		
Juros sobre capital próprio	(5.170.112,50)	(2.690.574,36)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	129.362.863,88	104.388.703,86
Receitas		
Operações de crédito	814.064,03	272.234,90
Despesas		
Rateio/Alocação Filiadas	14.991.713,80	12.338.782,30
Centralização Financeira	(60.426.182,38)	(25.439.581,36)

b) Entidades relacionadas

Transação	Bancoob	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Depósitos bancários	2.998,03	3.000,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.130.749.159,60	1.231.639.833,26
Títulos e valores mobiliários	59.933.615,64	79.269.691,60
Investimentos	126.010.233,97	106.017.385,69
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	59.173.812,97	24.041.447,16



Títulos e valores mobiliários	1.980.495,66	1.562.913,02
Receita com Equivalência Patrimonial	14.946.882,08	8.668.502,79

Sicoob Confederação		
Transação	31/12/2021	31/12/2020
Despesas		
Serviços de TI	(33.520,85)	(51.375,28)
Rateio de Despesa	(1.489.761,93)	(1.109.546,28)
Investimentos	12.290.379,63	12.290.379,63

CNAC		
Transação	31/12/2021	31/12/2020
Despesas		
Serviços de auditoria	(57.263,62)	(53.485,99)
Investimentos	450.761,50	450.761,50

c) Remuneração das Partes Relacionadas

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)	
Descrição	31/12/2021
Honorários Conselho Fiscal	(74.190,00)
Honorários - Conselho de Administração	(1.166.032,65)
Encargos Sociais	(247.318,31)

30. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

30.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

30.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;



- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

30.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam,

RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

30.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;
fluxo de caixa projetado;
aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

30.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

30.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

30.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de

Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

31. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	33.226.164,11	26.484.932,15
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	172.322.131,00	188.718.557,94
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	19,14%	14,00%
Índice de imobilização (limite 50%) %	21,26%	28,52%

33. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(17.924,44)	(32.020,88)	(10.775,20)	(22.051,85)
TOTAL	(17.924,44)	(32.020,88)	(10.775,20)	(22.051,85)

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6

3

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Sicoob Goiás Central – Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda.
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sicoob Goiás Central – Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Goiás Central** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 29 de março de 2022.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo', is positioned above the printed name.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

A large, white, stylized number '4' with a dark teal shadow, set against a lime green background. The number is positioned in the upper right quadrant of the page.

4

**PARECER DO
CONSELHO
FISCAL**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames e verificações procedidas, nas notas explicativas integrantes das referidas demonstrações, nas averiguações periódicas deste Conselho, e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, constatamos não haver nada de relevante que conflita com as demonstrações analisadas e somos de parecer que essas refletem adequadamente as situações patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central.

Goiânia-GO, 29 de março de 2022.

JOAO LUIZ DE
MOURA
NETO:10001263153

Assinado de forma digital por
JOAO LUIZ DE MOURA
NETO:10001263153
Dados: 2022.03.29 16:04:11
-03'00'

João Luiz de Moura Neto
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador

FABIO MACHADO DE
ARAÚJO:03305962178

Assinado de forma digital por
FABIO MACHADO DE
ARAÚJO:03305962178
Dados: 2022.03.31 12:16:18 -03'00'

Fábio Machado de Araújo
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário

LISTER BORGES
CRUVINEL:02574535
120

Assinado de forma digital por
LISTER BORGES
CRUVINEL:02574535120
Dados: 2022.03.30 15:06:14 -03'00'

Lister Borges Cruvinel
Conselheiro Fiscal Efetivo

